

	CONSOLIDADO GERAL Legislação/Atribuição do Órgão	Exercício: 2019
Descrição	Sigla	Data de Inativação
02 Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	
Descrição da Legislação		
Lei nº 7.736, de 26 de maio de 1972, Dispõe sobre a criação, como entidade autarquica, do Hospital do Servidor Publico Municipal, e dá outras providências.		
Lei nº 10.257, de 18 de fevereiro de 1987, Reorganiza o Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, entidade autarquica, e dá outras providências.		
Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, para o fim de dispensar os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, bem como definir os beneficiários da assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica prestada pela autarquia, e dá outras providências.		
DECRETO nº 45.216, de 31 de agosto de 2.004 Dispõe sobre a estrutura organizacional do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, nos termos previstos na LEI n. 13766, de 21 de janeiro de 2004, e estabelece as competências que especifica.		
LEI nº 14.661, de 28 de dezembro de 2007. Altera a redação do inciso I e parágrafo único do artigo 2º e do artigo 13 da Lei 13.766, de 21 de janeiro de 2004.		
Decreto nº 50564, de 09 de abril de 2009 - Regulamenta o artigo 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, alterado pela Lei nº 14.661, de 28 de dezembro de 2007, que dispensa os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, bem como define os beneficiários da assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica prestada pela Autarquia .		
Lei nº 16.122, de 15 de janeiro de 2015, Dispõe sobre a criação do novo Quadro da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e institui o respectivo regime de remuneração por subsídio; altera o regime jurídico dos empregados públicos da Autarquia Hospitalar Municipal - AHM e do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, bem como cria os respectivos quadros.		
Lei nº 16.418, de 1º de abril de 2016, (Projeto de Lei nº 63/16, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo), Altera as Leis nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013, nº 16.119, de 13 de janeiro de 2015, nº 16.122, de 15 de janeiro de 2015, e nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007; dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais referente aos exercícios de 2014 e 2015; introduz outras modificações na legislação de pessoal do Município de São Paulo.		
48		

	CONSOLIDADO GERAL Legislação/Atribuição do Órgão	Exercício: 2019
Descrição	Sigla	Data de Inativação
02 Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	
Descrição da Atribuição		
1 - Prestar assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica aos servidores públicos municipais e seus dependentes referidos no artigo 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, alterado pela Lei nº 14.661, de 28 de dezembro de 2007, independentemente de contribuição mensal;		
2 - Propiciar, sempre que possível, meios à pesquisa técnica e cientifica, desde que não haja prejuizo ao atendimento dos usuários;		
3 - Servir de campo de aperfeiçoamento para médicos, enfermeiros, dentistas, estudantes de medicina e de enfermagem, bem como para outros profissionais ligados às atividades técnico-administrativas de saúde, em número limitado, desde que não cause prejuizo ao atendimento do usuário e não acarrete elevado ônus de manutenção e equipamento;		
4 - Contribuir para a educação sanitária de seus usuários;		
5 - Manter entendimentos com outros órgãos mediante convênios;		
6 - Prestar atendimento de emergência à população em geral mediante convênio com o Sistema Único de Saúde - SUS.		
49		

	CONSOLIDADO GERAL Legislação/Atribuição do Órgão	Exercício: 2019
Descrição	Sigla	Data de Inativação
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	
Descrição da Legislação		
LEGISLAÇÃO FEDERAL:		
CONSTITUIÇÃO E EMENDAS CONSTITUCIONAIS:		
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 24, 30, 37, 38, 39, 40, 42, 142, 144, 149, 195, 201, 202 e 249 e art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)		
Emenda Constitucional no 20, de 15 dezembro de 1998		
Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003		
Emenda Constitucional no 47, de 05 de julho de 2005		
Emenda Constitucional no 70, de 29 de março de 2012		
Emenda Constitucional no 88, de 07 de maio de 2015		
LEIS COMPLEMENTARES:		
Lei Complementar no 51, de 20 de dezembro de 1985		
Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000		
DECRETOS-LEIS:		
Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (arts. 168-A, 299 e 337-A)		
Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967		
LEIS ORDINÁRIAS:		
Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950		
Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (arts. 1o , 2o e 11)		
Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991(art. 12, I, g, h, i, j, § 8o , e art. 13)		
Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991(art.10,art.11,I, alíneas g,h,i, j, e § 5o, art.12,art.41-A, art. 94,art.95 e art. 96)		
Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992		
Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 83)		
Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998		
Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999		
Lei no 9.983, de 14 de julho de 2000		
Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000		
Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003 (art. 9o)		
Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004		
Lei no 11.457, de 16 de março de 2007 (§§3o e 4o do art. 11)		
Lei no 12.618, de 30 de abril de 2012		
MEDIDAS PROVISÓRIAS:		
Medida Provisória no 167, de 19 de fevereiro 2004		
DECRETOS:		
Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999		
Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999		
Decreto no 3.788, de 11 de abril de 2001		
RESOLUÇÕES:		
Resolução CMN no 3.922, de 25 de novembro de 2010		
Resolução CMN no 4.392, de 19 de dezembro de 2014		
PORTARIAS:		
Portaria SPREV/IMF nº 4, de 5 de fevereiro de 2018		
Portaria SPREV/IMF nº 3, de 31 de janeiro de 2018		
Portaria MPS nº 527, de 05 de maio de 2016		
Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015		
Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014		
Portaria Conjunta PGFN-RFB-INSS nº 01, de 21 de março de 2013		
Portaria MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013		
Portaria MPS no 519, de 24 de agosto de 2011		
Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011		
Portaria Interministerial MPS/IMF nº 410, de 29 de julho de 2009		
Portaria MPS no 154, de 15 de maio de 2008		
Portaria MPS no 204, de 10 de julho de 2008		
Portaria MPS no 402, de 10 de dezembro de 2008		
Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008		
Portaria MPAS no 6.209, de 16 de dezembro de 1999		
INSTRUÇÕES NORMATIVAS:		
Instrução Normativa SPS/IMPS nº 01, de 22 de julho de 2010		
Instrução Normativa SPSPS/IMPS nº 02, de 17 de fevereiro de 2014		
50		

	CONSOLIDADO GERAL Legislação/Atribuição do Órgão	Exercício: 2019
Descrição	Sigla	Data de Inativação
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	
Instrução Normativa INSS/PRES nº 77, de 21 de janeiro de 2015		
Instrução Normativa SPSPS MF nº 01 de 25 de novembro de 2016		
ORIENTAÇÕES NORMATIVAS:		
Orientação Normativa SPS/IMPS no 01, de 06 de janeiro de 2004		
Orientação Normativa SPS/IMPS no 02, de 31 de março de 2009		
Orientação Normativa SPSPS/IMPS no 01, de 30 de maio de 2012		
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL		
LEIS:		
Lei nº 1.236, de 11de setembro de 1909		
Lei nº 7.447, de 16 de abril de 1970		
Lei nº 9.157, de 01 de dezembro de 1980		
Lei nº 10.828, de 04 de janeiro de 1980		
Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005		
Lei nº 15.080, de 17 de dezembro de 2009		
Lei nº 14.651, de 20 de setembro de 2007		
Lei nº 16.121, de 15 de janeiro de 2015		
DECRETOS:		
Decreto nº 19.308, de 30 de novembro de 1983		
Decreto nº 46.860, de 28 de dezembro de 2005		
Decreto nº 46.861, de 28 de dezembro de 2005		
Decreto nº 49.721, de 08 de julho de 2008		
Decreto nº 52.397, de 07 de junho de 2011		
Decreto nº 53.612, de 07 de dezembro de 2012		
ORIENTAÇÃO NORMATIVA - IPREM		
Orientação Normativa Iprem-SP nº 01, de 04 de abril de 1999		
Orientação Normativa Iprem-SP nº 01, de 25 de agosto de 2001		
Orientação Normativa Iprem-SP nº 04, de 23 de julho de 2002		
Orientação Normativa Iprem-SP nº 05, de 04 de outubro de 2002		
Orientação Normativa Iprem-SP nº 01, de 31 de janeiro de 2002		
Orientação Normativa Iprem-SP nº 03, de 08 de julho de 2003		
PORTARIA IPREM		
Portaria IPREM nº 22, de 05 de julho de 2012		
51		